

TERMOS DE USO – OPEN CONSENT

Bem-vindo(a) à plataforma *Open Consent*.

Este documento (“Termos de Uso”) explica de forma clara, transparente e acessível como funciona a Plataforma, quais são os direitos do titular de dados e quais as regras para a gestão do consentimento e ciência do uso de dados.

A Open Consent opera em estrita conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/2018), a Portaria SENATRAN nº 139/2025, com demais normativas aplicáveis e com padrões internacionais de segurança da informação e privacidade, incluindo as certificações ISO 27001 e ISO 27701.

Recomenda-se a leitura atenta deste documento. A utilização da Plataforma representa a sua ciência e concordância quanto às regras aqui estabelecidas.

SUMÁRIO

1. GLOSSÁRIO E TERMOS DEFINIDOS.....	3
2. O QUE É A OPEN CONSENT?.....	4
3. QUEM PARTICIPA NESTE ECOSSISTEMA?	4
4. COMO PROTEGEMOS O SEU ACESSO? (AUTENTICAÇÃO E SEGURANÇA)	5
5. ENTENDENDO O CONSENTIMENTO E A CIÊNCIA	5
6. MONITORAMENTO, AUDITORIA E INCIDENTES	6
7. ACESSIBILIDADE E OS SEUS DIREITOS (LGPD)	6
8. DISPONIBILIDADE E LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADES.....	7
9. ATUALIZAÇÃO DESTES TERMOS	7
10. SUPORTE TÉCNICO E PRIVACIDADE.....	7

1. GLOSSÁRIO E TERMOS DEFINIDOS

Para facilitar a compreensão destes Termos de Uso, os termos abaixo, sempre que iniciados em letra maiúscula (no singular ou plural), terão os seguintes significados legais e técnicos:

ANPD: Agência Nacional de Proteção de Dados, órgão da administração pública federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD no Brasil.

Ciência de Uso de dados: Registro transparente, rastreável e auditável gerado pela Plataforma sempre que os dados pessoais do titular forem acessados por uma Empresa usuária com fundamento em base legal prevista na legislação aplicável.

Consentimento: A manifestação livre, informada e inequívoca do Titular do Dado pela qual autoriza o Tratamento dos Dados Pessoais para uma finalidade estritamente determinada.

Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado (neste ecossistema, as Empresas Usuárias e a SENATRAN), a quem competem as decisões referentes ao Tratamento de Dados Pessoais.

Dado Pessoal: Informação relacionada a pessoa natural ou identificável, nos termos do art. 5º, inciso I, da Lei 13.709/2018 (LGPD), incluindo CPF, CNH, dados do veículo, entre outros dados.

Empresa (usuário do dado): Entidade jurídica, pública ou privada, devidamente autorizada pela SENATRAN para consumir os dados pessoais através das bases governamentais.

Hash Criptográfico / Token: Código ou identificador digital único gerado por algoritmos matemáticos (ex: SHA-256) utilizados para registrar e vincular ações realizadas na plataforma, assegurando integridade, rastreabilidade e verificabilidade dos registros.

IMR (Instrumento de Medição de Resultados): Conjunto formal de métricas previstas no Termo de Referência aplicado ao credenciamento da plataforma, destinadas a mensurar desempenho, qualidade, nível de serviço e eficiência de suporte, plataforma servindo como mecanismo de acompanhamento e supervisão pela SENATRAN.

LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), que regula o Tratamento de Dados Pessoais no Brasil.

Operador: A Plataforma *Open Consent*, que realiza o tratamento técnico e a gestão operacional dos fluxos de dados em nome do Controlador, sem tomar decisões sobre o mérito ou a finalidade do uso do dado.

SENATRAN: Secretaria Nacional de Trânsito, órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito e autoridade controladora dos dados pessoais e reguladora deste ecossistema, subordinada ao Ministério dos Transportes.

SERPRO: Serviço Federal de Processamento de Dados, empresa pública responsável pela hospedagem e disponibilização das bases de dados governamentais acessadas através da Plataforma.

Titular dos Dados : Pessoa natural (cidadão) a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de tratamento.

Tratamento: Toda e qualquer operação realizada com os dados pessoais do titular, como a coleta, o acesso, o compartilhamento, o armazenamento ou a eliminação entre outros, nos termos do Art. 5º, inciso X, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

2. O QUE É A OPEN CONSENT?

A *Open Consent* é uma Plataforma digital que atua como Gestora de Consentimento e Ciência no ecossistema regulado pela SENATRAN (Secretaria Nacional de Trânsito), subordinada ao Ministério dos Transportes.

A plataforma opera como camada intermediária entre o Titular e as Empresas Usuárias, disponibilizando mecanismos técnicos destinados à gestão do Consentimento, ao registro de Ciência quanto ao uso de dados pessoais e à geração de evidências auditáveis.

A Open Consent atua como operadora, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), não realizando decisões autônomas sobre as finalidades de tratamento, não comercializando dados pessoais e não utilizando tais dados para fins próprios. O tratamento realizado pela plataforma limita-se às atividades técnicas necessárias para:

- Viabilizar a validação de consentimentos, quando exigidos;
- Registrar eventos de ciência de uso de dados pessoais com fundamento em base legal aplicável;
- Gerar trilhas de auditoria imutáveis para fiscalização e supervisão contínua; e,
- Cumprir obrigações regulatórias previstas na Portaria SENATRAN nº 139/2025 e no Termo de Referência aplicável.

3. QUEM PARTICIPA NESTE ECOSISTEMA?

A Plataforma interliga quatro atores fundamentais com papéis muito bem definidos:

- **Titular de Dados (cidadão)**: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais. Pode utilizar a Plataforma para conceder, gerenciar ou revogar autorizações de acesso, bem como acompanhar os registros de ciência quanto ao uso de seus dados
- **Empresa Usuária (usuário do dado)**: Entidade jurídica, pública ou privada, devidamente autorizada pela SENATRAN, que realiza o tratamento de dados pessoais com fundamento em base legal válida e caso de uso aprovado pelo regulador. A empresa usuária é responsável pelas finalidades do tratamento e pelo cumprimento das exigências regulatórias aplicáveis.
- **Open Consent (operadora)**: Plataforma que atua como Gerenciadora do Consentimento e Ciência do Uso de Dados, por gerir os fluxos tecnológicos, validação das autorizações quando exigidas, registro dos eventos de ciência, geração de trilhas de auditoria e suporte a conformidade regulatória nos termos da LGPD e regulamentação aplicável.
- **SENATRAN (controladora)**: A autoridade reguladora responsável pela gestão, fiscalização e supervisão técnica de todo o processo.

4. COMO PROTEGEMOS O SEU ACESSO (AUTENTICAÇÃO E SEGURANÇA)

A segurança da informação é elemento essencial da arquitetura tecnológica da Plataforma. Para garantir que o gerenciamento de Consentimentos seja realizado por titular devidamente autenticado, são adotados os seguintes mecanismos:

- Integração com o GOV.BR: O acesso à Plataforma ocorre mediante autenticação realizada por integração oficial com o portal GOV.BR, observando os níveis de garantia de identidade definidos pelo Governo Federal. A Plataforma não armazena nem tem acesso as credenciais de acesso ao do portal GOV.BR, sendo a autenticação realizada exclusivamente nos sistemas oficiais do Governo Federal.
- Autenticação (MFA e ICP-Brasil): Para operações que envolvam alta criticidade, a Plataforma poderá exigir fatores adicionais de autenticação (MFA - *Multi-Factor Authentication*) ou o uso de certificados digitais no padrão ICP-Brasil, os requisitos regulatórios aplicáveis.
- Criptografia e Hashes: seguranças autorizações e registros relevantes são protegidos por mecanismos criptográficos (um *hash* criptográfico único por tratamento). com o objetivo de assegurar integridade, rastreabilidade e verificabilidade das operações.
- Comunicação segura e Segregação de ambientes: A plataforma utiliza protocolos de comunicação criptografadas para dados em trânsito e em repouso e segrega ambientes operacionais, permitindo integração segura e auditável com os sistemas governamentais operados pelo SERPRO, nos termos da regulamentação aplicável..

5. ENTENDENDO O CONSENTIMENTO E A CIÊNCIA

Plataforma *Open Consent* garante o exercício pleno e não burocrático dos seus direitos. Compreenda como tratamos as suas autorizações:

- Gestão de Consentimento: Quando uma Empresa precisar acessar os dados do titular, o pedido apresentará de forma transparente: a finalidade, os casos de uso e a hipótese legal. O titular é totalmente livre para aceitar ou recusar. Adicionalmente, pode revogar (cancelar), ou deixar expirar um consentimento de forma automatizada. A revogação tem efeito técnico imediato: assim que o direito é exercido na Plataforma, os tokens de autorização são instantaneamente invalidados, bloqueando e propagando a proibição de novos tratamentos de dados por parte da Empresa.
- Registro de Ciência do Uso de Dados: Em situações em que a LGPD e a regulação autorizem o tratamento de dados independentemente de consentimento direto (como no cumprimento de obrigações legais), a Plataforma atuará de forma transparente, registrando os eventos de forma automática e disponibilizando a informação para a ciência do Titular. Nos casos de ciência, o titular pode manifestar o seu direito de oposição a qualquer momento. Esta ação gerará um incidente formal na Plataforma para análise de legitimidade pela Empresa Usuária e pela SENATRAN.

6. MONITORAMENTO, AUDITORIA E INCIDENTES

A Plataforma adota mecanismos de monitoramento e registro em tempo quase real, com o objetivo de fortalecer a segurança, a rastreabilidade e a conformidade para proteger os Titulares dos Dados:

- Alertas e Bloqueios: a plataforma utiliza mecanismos automatizados para detectar riscos e padrões anômalos de acesso, podendo acionar alertas e medidas de bloqueios preventivos para mitigar o uso indevido, acessos fora do escopo, ou desvios de finalidade.
- Trilhas de Auditoria e Retenção (logs): As transações relevantes realizadas na plataforma geram registros estruturados para fins de rastreabilidade, auditoria e atendimento a obrigações legais e regulatórias. Esses registros, são armazenadas de forma segura e imutável por um período de até 5 (cinco) anos.
- Protocolo Único de Atendimento e Denúncias: Denúncias, solicitações ou comunicações de incidente de segurança realizado pelo Titular geram um código de protocolo único e rastreável. O histórico de incidentes registrados, incluindo os relatórios eletrônicos enviados à SENATRAN (via sistema SEI), também segue a política de retenção de 5 anos, permitindo o acompanhamento e o desfecho das tratativas mesmo após o encerramento do chamado.

7. ACESSIBILIDADE E OS DIREITOS DOS TITULARES (LGPD)

A interface da *Open Consent* foi desenvolvida seguindo as diretrizes internacionais de acessibilidade digital (padrão WCAG 2.1), com o objetivo de ampliar a inclusão e facilitar o exercício dos direitos do titular.

A Plataforma integra a solução Perto Digital, disponibilizando recursos avançados de acessibilidade digital, como a tradução automática para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e funcionalidades compatíveis com leitores de tela.

Através do seu painel de gestão, o titular poderá exercer, nos termos da LGPD, os seguintes direitos:

- Acesso à informação: visualizar relatórios pessoais e painéis dinâmicos que indicam quais empresas acessaram os seus dados pessoais e com qual finalidade;
- Retificação e Eliminação: solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados, bem como solicitar a exclusão da sua conta e a revogação de todos os seus consentimentos na Plataforma, observadas as hipóteses legais de retenção obrigatória. Ao optar pela exclusão do cadastro, todos os serviços de gestão ativa prestados pela Plataforma ao Titular serão interrompidos, o que significa que o titular perderá o acesso ao painel de controle, deixará de receber notificações em tempo real sobre o uso dos seus dados e não poderá mais revogar consentimentos através desta interface. A exclusão da conta não apaga as trilhas de auditoria e logs de acessos passados, que serão preservados de forma segura pelo prazo de até 5 (cinco) anos para fins de cumprimento de obrigação legal e fiscalização regulatória.

- Capacitação: acessar o nosso Módulo de Treinamentos disponibilizado na plataforma, que disponibiliza conteúdos educativos gratuitos sobre privacidade e proteção de dados. A Plataforma poderá registrar o seu progresso nestas trilhas estritamente para a melhoria dos conteúdos e geração de indicadores de conscientização exigidos pelo regulador;
- Peticionar e registrar ocorrências: apresentar reclamações, denúncias ou buscar suporte técnico com geração de protocolo de atendimento e acompanhamento do histórico da demanda.

8. DISPONIBILIDADE E LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

A Plataforma *Open Consent* está hospedada em infraestrutura em nuvem (*cloud*) com mecanismos de redundância e resiliência, contando com Políticas de Continuidade de Negócios (PCN) e de Recuperação de Desastres (PRD).

Contudo, por operar como infraestrutura técnica de governança, a iMonitore não poderá ser responsabilizada por:

- Decisões operacionais, recusas de serviços ou avaliações tomadas pelas Empresas Usuárias a partir dos dados tratados sob sua responsabilidade;
- Instabilidades decorrentes de falhas em integrações com sistemas externos de terceiros (como APIs governamentais do SERPRO), ou outros órgãos competentes;
- Eventos de caso fortuito ou força maior, nos termos da legislação aplicável;
- Uso indevido da Plataforma por terceiros, quando não decorrente de falha comprovada na segurança sob responsabilidade direta da Open Consent.

A Open Consent atua como operadora técnica no âmbito do modelo regulatório aplicável, não definindo finalidades de tratamento nem realizando decisões autônomas sobre os Dados Pessoais.

9. ATUALIZAÇÃO DESTES TERMOS

Estes Termos de Uso poderão ser atualizados a qualquer tempo, para refletir alterações legislativas, regulatórias, contratuais, tecnológicas ou operacionais relacionadas à plataforma.

Em caso de alterações que impactem de forma relevante os direitos e obrigações do Titular, a Open Consent poderá disponibilizar aviso por meio dos módulos de comunicação da Plataforma ou por outros canais adequados.

A versão atualizada passará a produzir efeitos a partir de sua publicação na Plataforma, sendo recomendada a consulta periódica deste documento.

10. SUPORTE TÉCNICO E PRIVACIDADE

A Open Consent disponibiliza suporte técnico estruturado e transparente, operando conforme os acordos de nível de serviço (SLAs) definidos em sua política operacional. O prazo máximo de resposta para solicitações, dúvidas gerais ou exercício de direitos do Titular é de até 48 (quarenta e oito) horas úteis.

Contudo, a proteção de dados pessoais constitui elemento central de governança da Plataforma. E, em incidentes críticos de segurança, como indisponibilidade total da Plataforma ou suspeita do comprometimento de dados, a Plataforma aciona imediatamente o seu Plano de Resposta a Incidentes (PRI), adotando um protocolo de resposta e contenção imediata com monitoramento ininterrupto (plantão 24x7).

Para tratar de assuntos relacionados aos dados pessoais, incidentes ou dúvidas regulatórias, o Titular poderá contatar o Encarregado pela Proteção de Dados (DPO) nos termos do artigo 41 da LGPD:

- Contato do DPO: privacidade@imonitore.com.br
- Endereço: Rua Alexandre Dumas, 1711 - 5º andar, Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP, CEP 04717-911